

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS (POSSÍVEIS) IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero¹

1 INTRODUÇÃO

Ampliaram-se ao longo dos últimos dez meses as matérias produzidas pela mídia em geral e pelos veículos especializados, bem como os encontros destinados a discutir, com públicos variados, as causas, impactos e (possíveis) respostas dos governos para enfrentar e debelar a crise que tem tirado o sono e os empregos de milhões de mulheres e homens em todos os continentes. A crise entrou decisivamente na agenda nacional e alguns dos temas que têm merecido espaço neste cenário são aqueles relacionados às consequências geradas no mercado de trabalho brasileiro. Tem se conferido especial atenção aos movimentos das taxas de desemprego, dos níveis de ocupação e da massa salarial, quase sempre a partir de uma análise que privilegia os impactos diferenciados segundo os setores de atividade econômica, faixa de renda, faixa etária, Unidade da Federação, grau de instrução e tipo do município.

As principais discussões sobre o tema, no entanto, têm ignorado os impactos diferenciados da crise sobre a oferta e a qualidade do emprego por sexo. As análises produzidas neste contexto consideram trabalhadores, portanto, como uma massa homogênea, cujos diferentes marcadores identitários em nada interferem na forma de inserção e participação dos grupos sociais no mercado de trabalho. Ocorre, entretanto, que a configuração do mercado de trabalho brasileiro, sua segmentação por sexo e desigualdades que o caracterizam podem implicar resultados bastante distintos segundo o sexo do(a) trabalhador(a). Pode-se imaginar, por exemplo, que o contexto de crise tem prejudicado mais intensamente a população feminina, em razão de sua inserção mais precária no mercado de trabalho. É também razoável pensar que, neste momento inicial da crise, no qual o setor industrial parece ser o mais afetado, os homens tenham sido mais impactados, uma vez que este setor é majoritariamente ocupado pela população masculina. Estas e outras hipóteses podem ser levantadas, e é exatamente esta a perspectiva que se procura enfrentar com o trabalho aqui desenvolvido.

Para tanto, esta nota técnica traz uma série de indicadores conjunturais sobre emprego e desemprego que permitem avaliar, em caráter inicial, os primeiros impactos produzidos pela crise econômica e financeira internacional na participação no mundo do trabalho e na ocupação masculina e feminina. Foram utilizados indicadores produzidos a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do

1. Esta nota técnica sintetiza e atualiza os principais resultados do *Boletim Mulher e Trabalho, Edição Especial: a crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres*, resultado de um esforço integrado de diversas organizações que integram o grupo de trabalho para acompanhamento da crise no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Contribuíram para a elaboração deste estudo os técnicos do Ipea Natália Fontoura, Marcelo Galiza e Roberto Gonzalez; da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Solange Sanches e Márcia Vasconcelos; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ana Sabóia e Cimar Pereira; da Universidade Federal Fluminense (UFF) Hildete Pereira e Alberto di Sabbato; e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Luana Pinheiro.

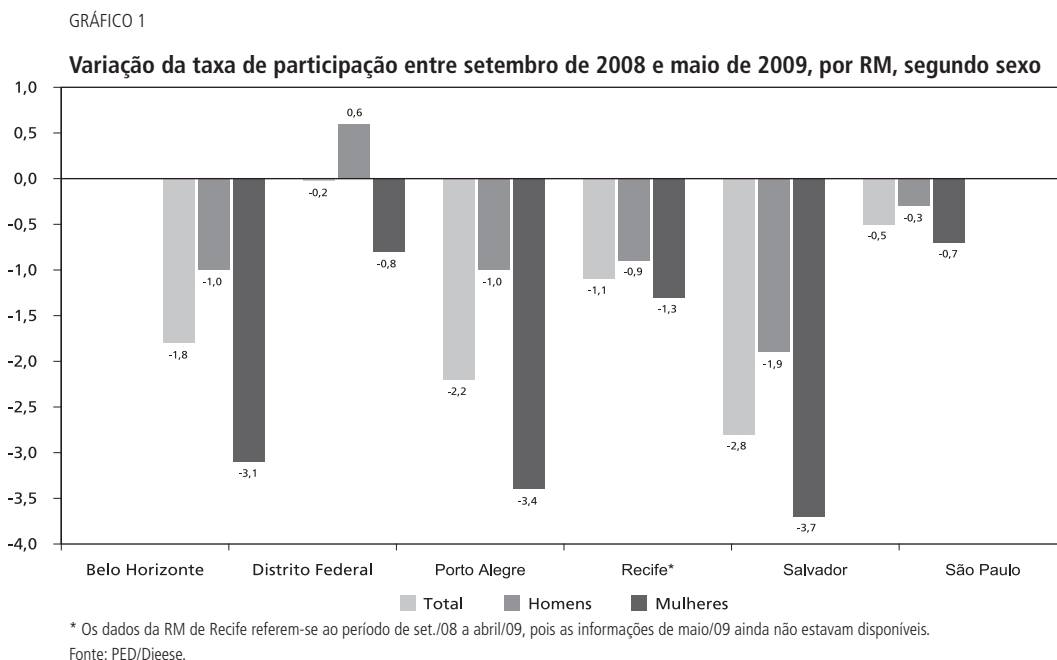
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O CAGED é um registro administrativo que traz informações mensais sobre todos os estabelecimentos que tenham efetuado qualquer tipo de movimentação (admissão, desligamento ou transferência) em seu quadro de empregados com contrato de trabalho regido pela CLT. Permite, assim, uma avaliação conjuntural do mercado de trabalho formal do país – ou seja, apenas dos trabalhadores que possuem carteira assinada. A PME, por sua vez, é uma pesquisa domiciliar realizada mensalmente em seis regiões metropolitanas (RMs) do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) que traz informações, também de natureza conjuntural, referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, contemplando, assim, toda a população ocupada ou à procura de trabalho, e não apenas os trabalhadores assalariados com carteira assinada. A PED, nos mesmos moldes da PME, cobre as RMs de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre.

2 OS RESULTADOS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Nos oito meses que se seguiram aos primeiros efeitos da crise no país (setembro/2008 a abril/2009),² o crescimento da população economicamente ativa (PEA) feminina foi menor que o crescimento da PEA masculina em todas as RMs pesquisadas na PED. Houve decréscimo da PEA feminina em Salvador (-3,0%), em Belo Horizonte (-1,5%), em Porto Alegre (-2,3%) e em São Paulo (-1,9%), enquanto para os homens não se verificou decréscimo da PEA em qualquer das RMs. Importante destacar que observa-se, neste caso, uma reversão de fenômeno verificado em anos anteriores, quando se notava uma leve tendência ao crescimento maior da PEA feminina em relação à masculina, havendo indícios, portanto, de que o contexto de crise econômica retirou relativamente mais mulheres do mercado de trabalho do que homens. Em outras palavras, parece que o baixo dinamismo econômico tem conduzido as mulheres para a inatividade.

As informações da PED sobre a taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho deixam mais clara essa tendência, que, apesar de leve, é nítida e previsível, na medida em que expressa traços de nossa cultura patriarcal. Isso porque em situações de perda de emprego/ocupação no núcleo familiar, há maior probabilidade de que mulheres retornem às suas casas e se responsabilizem pelas atividades domésticas do que homens, ou porque a perda de rendimento familiar impossibilita a manutenção de uma trabalhadora doméstica que desenvolvia atividades que agora serão desempenhadas por elas, ou porque a procura de trabalho, especialmente em contexto de crise, envolve custos significativos, que, para não onerarem demasiadamente as famílias, são direcionados à busca de emprego para os homens. Assim, entre setembro/2008 e maio/2009, a taxa de participação das mulheres caiu mais do que a dos homens em todas as RMs pesquisadas. Os dados mostram queda na taxa de participação dos homens nas regiões metropolitanas, mas esta queda é sempre menos acentuada que a verificada entre as mulheres (gráfico 1).

2. Até o fechamento da presente nota técnica, a estimativa da PEA de maio de 2009, desagregada por sexo, ainda não havia sido divulgada pelo Dieese. Os demais dados apresentados ao longo do texto estão atualizados até maio de 2009.



No que diz respeito ao nível de ocupação, nota-se que as variações nos meses pós-setembro de 2008 foram, de forma geral, negativas para homens e mulheres, com quedas relativas um pouco mais acentuadas no caso das mulheres (-2,36% contra -1,59%). Interessante observar que, no mesmo período do ano anterior, a ocupação feminina crescia relativamente mais, quando comparada à ocupação masculina. Ou seja, parece que a crise refreou um processo, até então existente, de feminização do mercado de trabalho (tabela 1). Como será visto adiante, este resultado pode estar associado à maior fragilidade dos vínculos femininos.

TABELA 1
Varição do nível de ocupação e da taxa de desemprego nas RMs em períodos selecionados, segundo sexo
(Em %)

Período	Varição no nível de ocupação		Varição na taxa de desemprego	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mai./09-set./08	-1,59	-2,36	25,86	9,18
Mai./08-set./07	0,53	1,11	-10,14	-13,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

A tabela 1 evidencia, ainda, que a taxa de desemprego masculina elevou-se mais que a feminina quando se toma como referência os meses imediatamente posteriores à crise. É possível perceber que há um aumento da ordem de 25,86% na taxa de desemprego dos trabalhadores do sexo masculino das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, enquanto este valor corresponde a inferiores 9,18% quando focadas as trabalhadoras.

Se o nível de ocupação caiu relativamente mais entre as mulheres, seria de se esperar que houvesse um maior aumento do desemprego para elas, em comparação aos trabalhadores homens. No entanto, o que justifica a menor elevação na taxa de desemprego entre as mulheres parece ser a inatividade que as acomete mais intensamente no período de crise. Desse modo, as trabalhadoras que perdem seus postos de trabalho não se tornam necessariamente desempregadas, pois desistem de procurar emprego.

A desagregação dos dados de ocupação segundo os setores de atividade econômica indica que as maiores quedas relativas na ocupação feminina ocorreram na indústria extrativa e de

transformação, água, luz e gás (-8,28%) e nos serviços de intermediação financeira e atividades imobiliárias (-3,43%). Entre os homens, as maiores quedas relativas foram em serviços domésticos (-12,71%) e também na indústria (-5,90%) (tabela 2). Tal como apontado em diversos estudos anteriores, em termos absolutos, foi realmente o setor industrial o mais impactado neste primeiro momento de crise – queda de 247 mil postos de trabalho no período analisado, dos quais 137 mil eram ocupados por homens e 110 mil, por mulheres. Seria de se esperar, assim, que tanto para homens quanto para mulheres fosse este o setor com maiores taxas de desligamentos. Interessante evidenciar, porém, que, apesar de ser a indústria um campo de trabalho altamente masculinizado, foram as trabalhadoras as que, proporcionalmente, mais perderam empregos neste setor – talvez pela maior fragilidade de seus vínculos. Ou seja, a crise provocou um aprofundamento do perfil masculino da indústria brasileira, indo na contramão do movimento de feminização que parecia ter lugar no mesmo período do ano anterior.

TABELA 2

Varição do nível de ocupação nas RMs segundo sexo e setor de atividade em períodos selecionados

(Em %)

Período	Indústria, água, luz e gás	Construção civil	Comércio, reparação de veículos etc.	Intermediação financeira, atividades imobiliárias	Adm. pública, saúde, educação etc.	Serviços domésticos	Outros serviços
Homem							
Mai./09-set./08	-5,90	-3,82	0,99	2,35	5,23	-12,71	-4,23
Mai./08-set./07	0,60	0,73	1,03	4,01	-0,90	6,44	-2,31
Mulher							
Mai./09-set./08	-8,28	30,29	-2,09	-3,43	-0,27	-1,25	-1,70
Mai./08-set./07	5,55	-3,74	0,75	2,97	-0,15	-1,81	1,51

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Outro aspecto merecedor de destaque refere-se às atividades de trabalho doméstico que, conforme mostra a tabela 2, desempregaram proporcionalmente muito mais homens do que mulheres: -12,71% e -1,25%, respectivamente. O que estes dados parecem mostrar é que o trabalho doméstico executado por homens não se configura em um bem de primeira necessidade para as famílias, podendo ser mais facilmente dispensado do que o executado por mulheres. Isto ocorre devido à estrutura diferenciada do mercado de trabalho doméstico feminino e masculino, no qual as atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras são intrinsecamente diferentes: enquanto a eles cabem ocupações como jardineiro, caseiro e motorista, às mulheres cabem as tarefas de cuidado com casa e crianças, que se constituem em atividades fundamentais para a reprodução cotidiana das famílias. Assim, abrir mão do trabalho exercido por estas trabalhadoras parece ser algo mais “custoso” para as famílias, especialmente para as mulheres, pois o trabalho dito “reprodutivo” lhes impõe jornadas maiores e mais intensas de trabalho, e impacta decisivamente suas oportunidades de entrada e permanência no mercado de trabalho.

Como último aspecto a se destacar nesta análise de ocupação por setores de atividade, vale notar certa substituição da mão de obra masculina pela feminina nos empreendimentos da construção civil. Entre setembro de 2008 e maio de 2009, os dados da PME apontam uma queda de 3,82% no conjunto de postos ocupados por homens neste setor, enquanto há uma elevação da ocupação feminina da ordem de 30,29%, o que indica um movimento de feminização da construção civil, tendência que será reafirmada na análise dos dados do CAGED a seguir.

O detalhamento por posição na ocupação é ainda mais revelador. Inicialmente, é possível perceber que foram os trabalhadores ocupados em postos de trabalho de pior qualidade

aqueles que mais perderam seus empregos, o que havia sido levantado como hipótese para explicar o freio no movimento de feminização do mercado de trabalho que vinha ocorrendo. Frente ao cenário econômico desfavorável, parece que os primeiros empregos a serem eliminados são, de fato, aqueles mais frágeis. Como se pode observar na tabela 3, as demissões enfrentadas pelas mulheres no período de crise se deram especialmente entre aquelas que não contavam com carteira de trabalho assinada (-11,36%).

TABELA 3
Variação do nível de ocupação nas RMs segundo sexo e posição na ocupação em períodos selecionados
(Em %)

Período	Trabalhador doméstico	Servidor público/militar	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregador	Sem remuneração
Homem							
Mai./09-set./08	-12,71	-5,05	1,65	-7,05	-3,13	-1,66	-27,89
Mai./08-set./07	6,44	5,02	3,34	-3,67	-3,68	-1,26	4,76
Mulher							
Mai./09-set./08	-1,25	-2,35	0,01	-11,36	-1,22	-8,17	12,29
Mai./08-set./07	-1,81	8,00	3,53	-4,38	0,02	-5,64	13,39

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Nesse mesmo período, contudo, verificou-se um aumento na ocupação feminina no trabalho sem remuneração, indicando que, no contexto de crise econômica, os postos de trabalho que se abriram para as mulheres foram aqueles de natureza mais precária, para os quais não há remuneração para o trabalho realizado. Uma das hipóteses é que as mulheres antes empregadas em outras ocupações, desempregadas ou inativas, tenham tido que se inserir nos empreendimentos familiares – talvez substituindo trabalhadores que tiveram que ser desligados – na condição de colaboradoras, que trabalham, mas não têm renda própria, o que reafirma os valores sexistas fundantes da sociedade brasileira.

Destaca-se, ainda, que entre os trabalhadores ocupados na categoria de empregadores, ou seja, donos de seus próprios negócios, registra-se redução no nível de ocupação tanto para homens quanto para mulheres, em maior intensidade para estas (-1,66% e -8,17%, respectivamente). Pode-se imaginar que a maior precariedade dos empreendimentos femininos seja o principal fator a explicar as desigualdades verificadas neste contexto de crise internacional.

Já para os trabalhadores do sexo masculino, a principal redução nos postos de trabalho após setembro de 2008 foi justamente entre os não remunerados, para os quais se verificou uma queda de 27,89%. Houve também uma redução significativa no total de ocupados em empregos domésticos (-12,71%), e sem carteira assinada (-7,05%). Verificou-se, ainda, um ligeiro crescimento nos postos com carteira assinada (1,65%),³ naturalmente menor do que o resultado observado no mesmo período do ano anterior.

Os resultados apresentados até aqui, com base nas pesquisas domiciliares de emprego, possibilitaram uma análise do mercado de trabalho global, ou seja, tanto daquelas ocupações precárias e com vínculos frágeis quanto daquelas de maior qualidade e proteção social, além da categoria de empregadores. Julga-se interessante conhecer, porém, em maior nível

3. Nota-se, aqui, uma suposta divergência de resultados entre a PME e o CAGED, que, como será apresentado a seguir, aponta uma tendência à feminização do mercado de trabalho formal após setembro de 2008. Ressalta-se, entretanto, que a comparação dos dois resultados exige cautela, pois as diferenças metodológicas entre as duas informações são significativas. Não se avaliaram neste estudo as possíveis razões de tal divergência, mas esta poderia ser explicada, por exemplo, pelo fato de o CAGED considerar todo o território nacional, e não apenas as regiões metropolitanas.

de detalhamento, o funcionamento do mercado de trabalho formal e suas reações frente ao quadro de crise econômica. Isto porque a destruição de ocupações celetistas gera consequências distintas tanto para trabalhadores(as) quanto para empresas, e mesmo para o governo – que tem reduzida sua arrecadação e ampliados seus gastos no pagamento, por exemplo, do benefício do seguro-desemprego. Os dados do CAGED permitem este tipo de análise mais aprofundada do mercado formal, pois oferecem informações sobre desligamentos e admissões de todos(as) os(as) trabalhadores(as) com carteira assinada.

A partir da tabela 4, constata-se que os primeiros efeitos da crise internacional relativos ao emprego formal foram sentidos na indústria de transformação – conforme tendência já verificada pela PME – e, também, na construção civil. Sob a perspectiva de gênero, este fato merece grande atenção. A indústria de transformação e a construção civil são, tradicionalmente, setores de atividade econômica masculinos. Nesse sentido, se os impactos da crise internacional sobre o emprego, até o momento, foram mais seriamente verificados nestes setores, espera-se que os homens tenham sido mais afetados.

TABELA 4

Varição absoluta e relativa de empregos com carteira assinada segundo subsectores de atividade econômica e sexo

Subsetores de atividade econômica	Saldo CAGED – out./07 a mai./08						Saldo CAGED – out./08 a mai./09					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹
Extrativa mineral	6.237	3,74%	1.266	7,15%	7.503	4,07%	-5.514	-3,09%	-233	-1,18%	-5.747	-2,90%
Indústria de transformação	91.099	1,79%	89.154	4,31%	180.253	2,52%	-400.004	-7,45%	-91.773	-4,10%	-491.777	-6,47%
Serviços industriais de utilidade pública	5.529	1,95%	1.542	2,80%	7.071	2,08%	-467	-0,16%	691	1,20%	224	0,06%
Construção civil	152.219	10,14%	11.791	11,25%	164.010	10,21%	-47.574	-2,67%	5.644	4,46%	-41.930	-2,19%
Comércio	149.850	3,73%	127.639	4,86%	277.489	4,18%	11.671	0,27%	55.213	1,94%	66.884	0,94%
Serviços	240.632	3,77%	214.123	4,20%	454.755	3,96%	45.987	0,68%	124.881	2,28%	170.868	1,39%
Administração pública direta e autárquica	3.429	1,03%	9.547	2,07%	12.976	1,64%	-1.136	-0,34%	-15	0,00%	-1.151	-0,14%
Agropecuária	-39.868	-3,01%	-1.843	-0,80%	-41.711	-2,68%	-113.339	-8,36%	-38.387	-14,51%	-151.726	-9,36%
Total	609.127	3,19%	453.219	4,25%	1.062.346	3,57%	-510.376	-2,51%	56.021	0,49%	-454.355	-1,43%

Fonte: CAGED/MTE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (DISOC) do Ipea.

Nota: 1. A variação relativa refere-se ao saldo líquido de admissões e desligamentos do período em análise dividido pelo estoque estimado de trabalhadores celetistas no primeiro dia do período. Para estimar o estoque de trabalhadores celetistas no primeiro dia de outubro de cada ano, utilizou-se o estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007, obtidos por meio da Rais, e ajustou-se tal resultado a partir da movimentação de emprego do CAGED. Por exemplo, o estoque no dia primeiro de outubro de 2007 equivale ao estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007, subtraído do saldo líquido do CAGED no período de outubro de 2007 a dezembro de 2007.

Os dados do CAGED confirmam que foram os homens que mais perderam postos de trabalho formais no período em análise.⁴ Entre outubro de 2008 e maio de 2009 ocorreu uma eliminação de 454.355 postos de trabalho formais no Brasil, sendo que, considerados apenas os homens, a retração do número de ocupações foi maior (-510.376). Em outras palavras, no mesmo período, deu-se um aumento no número de mulheres ocupadas de 56.021. Em termos relativos, o estoque de trabalhadores formais homens reduziu-se 2,51% após o período de oito meses analisado, enquanto o contingente de mulheres ocupadas no mercado formal aumentou 0,49%. Nesse sentido, pode-se dizer que tem ocorrido uma feminização do mercado de trabalho formal, contrastando com a tendência verificada na análise do mercado de trabalho metropolitano.

4. Optou-se por iniciar a análise do emprego formal a partir do mês de outubro de 2008 e não de setembro de 2008, pois foi em outubro que os dados do CAGED passaram a evidenciar uma clara desaceleração na geração de empregos celetistas.

Nos setores da indústria de transformação e da construção civil, os mais afetados pela crise, nota-se que as mulheres foram menos atingidas no que diz respeito ao nível de ocupação. No início de outubro de 2008, 70,58% dos postos de trabalho da indústria de transformação eram ocupados por homens. Passados oito meses após a crise internacional, a participação dos homens no setor caiu 0,74 ponto percentual, indicando que o número de postos de trabalho ocupados por mulheres na indústria caiu proporcionalmente menos em relação à queda do número de postos ocupados por homens. Segundo as informações do CAGED, até mesmo as indústrias têxtil e de calçados, de predominância feminina,⁵ registraram uma redução no estoque de emprego masculino proporcionalmente maior do que a ocorrida entre as mulheres. Na indústria têxtil, ocorreu uma queda de 3,77% no total de vagas ocupadas por mulheres e de 4,85%, naquelas ocupadas por homens. Na indústria de calçados, as quedas foram de 9,60% e 10,17%, para mulheres e homens, respectivamente.

Esse processo de feminização do emprego formal é ainda mais curioso na construção civil. No período analisado, o resultado líquido entre admissões e desligamentos no setor foi -41.930. Desagregando este resultado por sexo do trabalhador, nota-se que a redução de postos de trabalho ocupados por homem foi de 47.547, e o número de postos de trabalho ocupados por mulheres aumentou 5.644, o que revela ter ocorrido uma substituição de trabalhadores homens por mulheres na construção civil, algo que já havia sido verificado nos dados da PME.

Outro setor que apresentou grande retração no estoque de empregos formais no período analisado foi a agropecuária. No total, foram perdidos 151.726 postos de trabalhos, dos quais 38.387 (25,30%) eram ocupados por mulheres. Não se deve atribuir tal resultado, porém, apenas à crise internacional. Pelo menos grande parte desta retração no emprego formal é explicada por fatores sazonais, em especial à entressafra da cana-de-açúcar. Observa-se que, no período compreendido entre outubro de 2007 e maio de 2008, o saldo verificado foi de -41.711 vagas. De qualquer forma, ainda que fosse esperado o resultado negativo na agropecuária para o período, sua magnitude nos últimos oito meses foi bastante expressiva.

Os setores terciários (comércio e serviços) registraram crescimento do emprego formal no período analisado. Isto não significa, contudo, que não tenham sido afetados pela crise internacional. Comparados os resultados dos últimos oito meses com os obtidos no período de outubro de 2007 a maio de 2008, tem-se que aqueles foram bastante tímidos. No comércio, entre outubro de 2007 e maio de 2008, foram criados 277.498 empregos formais, enquanto entre outubro de 2008 e maio de 2009 este número foi de apenas 66.884. Nos serviços, por sua vez, foram 454.755 contra 170.868.

De todo modo, esses foram os setores que mais empregaram nos últimos oito meses, em especial as mulheres. No comércio, a maior parte dos novos postos de trabalho foi ocupada por mulheres: 55.213 (82,55%) de um total de 66.884 postos gerados. Nos serviços, do total de 170.868 vagas criadas nos últimos oito meses, 124.881 (73,09%) foram ocupadas por mulheres. Nesse contexto, a participação das mulheres nos setores terciários cresceu razoavelmente no período.

5. No primeiro dia de outubro de 2008, 61,64% e 51,10% do total de trabalhadores celetistas das indústrias têxtil e de calçados, respectivamente, eram mulheres.

3 CONCLUSÃO

O objetivo da presente nota técnica foi analisar os dados recentes de mercado de trabalho sob a perspectiva das relações de gênero. Se homens e mulheres têm inserções bastante diferenciadas no mundo do trabalho, provavelmente são diferentemente atingidos em um contexto de crise econômica. Esta hipótese inicial parece ter sido confirmada com o exame dos dados das pesquisas domiciliares de emprego do IBGE e do Dieese e do cadastro de admissões e desligamentos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em um primeiro momento, observou-se que as mulheres foram relativamente mais afetadas pela crise internacional, e sugeriu-se que tal resultado pode ser reflexo da maior fragilidade de seus vínculos empregatícios. Como estas ocupam majoritariamente os postos de trabalho de pior qualidade, e como são exatamente estes os primeiros postos a serem eliminados em um contexto de crise, as consequências da crise sobre o emprego teriam recaído mais sobre as mulheres, ainda que os setores mais atingidos sejam tradicionalmente masculinos.

Além do nível de ocupação ter se reduzido proporcionalmente mais para as mulheres, registrou-se também que elas têm se retirado mais do mercado em direção à inatividade, enquanto homens seguem na busca por emprego – o que explicaria, assim, a ampliação relativamente maior das taxas de desemprego masculinas. Como resultado destas primeiras tendências observadas, ressaltou-se que o processo de feminização do mercado de trabalho, observado nos últimos anos, foi refreado nos nove meses analisados.

Destacou-se, ainda, que a dinâmica do mercado de trabalho pós-setembro de 2008 reforçou, em alguma medida, a precariedade do trabalho feminino. Sinal mais evidente disso, a par da própria redução das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, foi a significativa elevação do número de postos de trabalho femininos sem remuneração. Ainda nesse primeiro momento da análise, foi também importante notar como o emprego doméstico remunerado, exercido por cerca de 17% das mulheres ocupadas, reveste-se de importância para a sociedade brasileira, pois, mesmo no cenário de crise econômica, a variação no nível de ocupação desta categoria foi pequena, reiterando a essencialidade deste trabalho para a reprodução das famílias e para o funcionamento do país.

Em um segundo momento, observou-se que o mercado de trabalho formal operou de forma favorável às mulheres, o que é bastante positivo, posto que é neste mercado que se concentram as ocupações de maior qualidade. Tal constatação, entretanto, leva à reflexão sobre os motivos pelos quais se deu tal movimento entre os(as) trabalhadores(as) com carteira assinada. Talvez a compreensão deste fenômeno esteja associada à compreensão das estratégias do empresariado em relação aos critérios de demissão e admissão de trabalhadores(as). O ambiente de incerteza provocado pela crise pode ter levado empresários a optarem por empregar de forma mais precária. Em termos práticos, isso pode representar, por exemplo, uma substituição de salários altos por mais baixos.

A feminização do mercado de trabalho formal verificada no período analisado, nesse sentido, pode ser uma expressão desse movimento. Certamente, deve-se reconhecer que a feminização do mercado de trabalho brasileiro é um fenômeno em processo, e representa, sobretudo, a emancipação da mulher. Contudo, é bastante provável que a substituição de trabalhadores do sexo masculino por mulheres, nos níveis verificados neste estudo, esteja revelando uma estratégia de precarização do emprego formal no contexto de crise. Afinal, sabe-se que a discriminação de gênero ainda é bastante presente no mercado de

trabalho brasileiro e se manifesta principalmente nos mais baixos salários femininos em relação aos masculinos.

Portanto, o atual momento de crise econômica parece aumentar os desafios no que diz respeito à compatibilização do acesso ao trabalho pelas mulheres, que faz parte do processo de emancipação feminina e minimiza as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho.